

Bioética e Ambiente

Joana Araújo Peres

Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa

Haverá alguma acção humana que não provoque o ambiente, que nele não tenha um impacto directo ou indirecto?

Foi por este desafio que me vi abraçada aquando do convite que tão honradamente me foi feito pela Exma. Senhora Directora do Instituto de Bioética - Prof. Doutora Ana Sofia Carvalho, para aqui também poder participar com a reflexão que me é possível lançar a todos vós.

Na verdade, quando falamos de ética ambiental ou ecoética, tenho sempre presente o meu início no campo da Bioética e em particular quando comecei a frequentar a minha pós graduação no Instituto de Bioética desta Universidade. Logo nas primeiras aulas, aquando da apresentação individual que faz parte da formalidade, os meus colegas ficavam de certa forma admirados quando eu dizia que era Licenciada em Engenharia do Ambiente. Para eles era difícil e estranho entender como é que uma Eng. do Ambiente se tinha voltado para estas questões, sendo a Bioética, muito no seu entender, algo que estava intimamente ligado com a área da Medicina, mesmo contando com um campo diverso de alunos desde enfermeiros, fisioterapeutas, a teólogos e a professores. A verdade é que eu me sentia de certa forma estranha no seio de grupo de trabalho no qual ninguém parecia entender a minha necessidade de, através de uma reflexão ética, compreender o comportamento humano e de que forma este contribuía para a degradação do meio ambiente e por consequência para o aumento da crise ambiental.

Felizmente tudo mudou e quando comecei o Mestrado em Bioética não mais tive essa sensação e a verdade é que hoje em dia o meio ambiente e a preocupação do ser humano

para com este tem um papel de destaque nas reflexões éticas. O desafio tornou-se, então, claro: o de relacionar a Bioética com a procura da resolução da crise ambiental.

A problemática do meio ambiente, provavelmente, terá tido a sua grande evidência em 2007 pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a Al Gore e ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, pelo relatório sobre a realidade e os riscos do aquecimento do planeta Terra. O Ambiente começou como que a ser o assunto da moda, toda a gente fala sobre ambiente e muitas das nossas preocupações do dia-a-dia se centram nesta questão. A última grande atenção dada às questões ambientais é revelada pela entrevista cedida ao jornal do Vaticano L'Osservatore Romano, pelo Bispo presidente do Tribunal da Penitenciária Apostólica, D. Gianfranco Girotti, segundo o qual dos novos pecados capitais constam a realização de experiências de manipulação genética, nomeadamente com embriões, o tráfico de drogas, as injustiças sociais e crimes contra o meio ambiente.

Penso que o que está hoje em jogo para a humanidade é saber se o Homem vai poder continuar a melhorar a sua qualidade de vida, mantendo em simultâneo esse subtil equilíbrio entre as actividades humanas e o mundo natural.

A deterioração do ambiente continua a avançar a um ritmo alucinante e está a colocar em risco não só as gerações actuais, mas principalmente as gerações futuras (Castro e Malcata, 2001). Na sua ignorância e na aventura da independência e do domínio antropocêntrico, o Homem criou a ilusão de que a sua razão pode dominar a mãe natureza. Assim sendo, a origem do problema ambiental encontra-se não no meio ambiente, mas numa deficiente percepção da natureza e na sua posterior adaptação pelo Homem.

Se nos tempos mais remotos o homem usufruía do mundo em próprio proveito, a partir de determinado momento começou a tentar conhecê-lo. O saber gerou a técnica que

levou à transformação do mundo; através da reflexão, da capacidade em se projectar no futuro, de inovar e de criar, o Homem adquiriu progressivamente o poder de influenciar, de modificar situações e de alterar o decurso dos acontecimentos até nos domínios mais profundos da vida (Bourg, 1996). Porém, tal como afirma Luis Archer, “O Homem não é o senhor absoluto do universo. Ele pode e deve intervir na natureza, mas respeitando as suas leis fundamentais. Pode criar novos equilíbrios ecológicos, mas não pode simplesmente ignorar esses equilíbrios. Deve ser inovador, mas respeitando as regras do jogo” (Archer, 1981). Ou seja, a cada vez maior consciência da inevitável dependência dos elementos vitais da natureza obriga-nos a concluir que a função da inteligência será moldar a organização humana de uma forma mais ajustada aos imperativos biológicos. Trata-se, efectivamente, de um desafio ao nível da alteração dos padrões de comportamento, que passa pela institucionalização de uma lógica de prudência.

É efectivamente esta inovação que constitui o desafio actual das condições da vida moderna: qual o preço a pagar pelo avanço desmedido, sem atender às regras do jogo, da industrialização e da tecnologia? A consciência ecológica pressupõe uma interdependência. A independência do ser vivo exige a sua dependência em relação ao meio. A verdade é que, apenas adaptando as nossas posturas antropocêntricas e egocêntricas de estar no mundo é possível superar a crise ambiental da nossa época. Surge assim a necessidade de uma nova forma de conduta em relação à natureza. (Nogueira, 2000).

Nasce a Ética Ambiental que se pretende que venha a constituir um desafio e uma verdadeira exigência para uma nova concepção de humanismo, onde a liberdade e a responsabilidade deverão ser encaradas como gerando uma praxis múltipla e complexa – ética, política e economicamente sustentável (Fernandes, 2002). Esta nova forma de comportamento ético permitirá que todos os seres possam usufruir, em conjunto, deste

bem que é a vida. No entanto, à medida que a ciência transfere para as mãos do ser humano poderes que antes estavam reservados à natureza, de um ponto de vista ético, levanta-se a questão se e até que ponto estamos autorizados a exercer esses poderes, e em que medida aquilo que é tecnicamente possível se torna eticamente aceitável (Archer, 1996). Mas será que tudo obedece a uma necessidade incontável? Crescimento sem limites? Progresso contínuo? O imperativo científico (científico – tecnológico) deve cruzar necessariamente o imperativo ético (Neves, 1995) ao encontro também do pensamento de Hans Jonas.

Podemos afirmar que foi através da percepção e da tomada de consciência do problema ecológico que o Homem despertou para a chamada “Consciência Ecológica”. Ao longo de várias décadas foram vários os acontecimentos que fundamentaram esta mudança de atitude do agir humano, desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1972 até à Cimeira de Joanesburgo em 2004, mas podemos afirmar que sem dúvida o despertar para a crise ecológica e para as preocupações ambientais irrompeu após a Segunda Guerra Mundial e nessa mesma altura ocorreu o grande “boom” de movimentos ambientalistas. Com o desenvolvimento destes movimentos, os debates sobre a sua importância e sobre os seus fundamentos tornaram-se cada vez mais frequentes, o que levou ao aparecimento de diversas correntes filosóficas, por vezes com inconciliáveis pontos de vista.

Entre as diferentes correntes que foram surgindo, é possível, claramente, fazer uma distinção entre a ética ambiental antropocêntrica e a não antropocêntrica. Apesar de ambas convergirem para as mesmas práticas e políticas, os seus princípios são tão distintos que se tornam antagónicos. Na perspectiva das éticas antropocêntricas a finalidade ética do agir diz respeito ao ser humano e ao universo circunscrito das

relações humanas, ao passo que uma ética não antropocêntrica propõe o alargamento da comunidade moral a outros seres que não apenas o ser humano.

Na nossa opinião, porém, estas diferentes teorias convergem em três correntes principais, que designamos como: *antropocentrismo radical*, *ecologia profunda* e *antropocentrismo moderado*. Assim, o antropocentrismo radical aparece como posição extrema, defendendo a exploração, até à exaustão, dos recursos naturais assim como o lugar de destaque ocupado pelo ser humano. A ecologia profunda, também assumindo o seu lado mais radical e extremista, aparece como defensora inequívoca da igualdade entre as espécies, negligenciando, em prol da natureza, o papel do ser humano e o progresso de que é autor. Quanto ao antropocentrismo moderado, ele surge como a perspectiva intermédia, sugerindo a modificação de valores antropocêntricos e procurando incluir o ambiente natural no desenvolvimento do ser humano e de toda a sociedade.

E é exactamente por estas razões que o **Antropocentrismo Moderado** nos parece a teoria mais equilibrada e por isso, por nós defendida. Esta corrente procura criar uma nova visão ética dos problemas ambientais e do modo como o ser humano deve reagir para tentar ultrapassar e resolver esses problemas. Segundo esta perspectiva, a tecnologia é um meio indispensável para o progresso científico e económico, bem como um meio para detectar e gerir os riscos ambientais que ameaçam a sobrevivência e o bem-estar humano. Contudo, defende-se a implementação das tecnologias direccionadas em substituição das tecnologias em larga escala, de modo a permitir que o seu desenvolvimento reduza a interferência com o mundo não humano e reduzir assim a depleção e poluição dos recursos naturais – tal é a visão do desenvolvimento sustentável (Goldsmith, 1995).

Esta perspectiva procura uma modificação nos parâmetros antropocêntricos a fim de incluir factores biocêntricos, no entanto, o antropocentrismo nunca poderá deixar de ser considerado, uma vez que tudo parte da acção do Homem, sendo este o único ser racional com capacidade de escolher entre o certo e o errado, entre o bem e o mal. O ser humano tem que modificar o seu modo de actuar perante a natureza, pois não pode continuar a pensar que é dono desta, mas deve começar a ver-se como um ser que é parte integrante da natureza; tem que redefinir a relação consigo mesmo, modificar a sua atitude e aceitar-se tal como é (imperfeito, finito, fraco). É essencial para o ser humano instaurar um novo modo de agir, aceitar a sua condição de ser natural, pois, tanto ele como a natureza fazem parte do mesmo mundo.

Sejam quais forem os seus projectos de um futuro melhor para a humanidade, um princípio ético fundamental terá e tem de ser respeitado: o homem nunca deverá ser utilizado simplesmente como um meio, mas permanecer fim em si mesmo. O critério da sua humanidade reside assim na sua auto-finalização (Küng, 1990).

O filósofo alemão Hans Jonas publicou, em 1979, a obra intitulada “*O Princípio Responsabilidade. Ensaio para uma ética para a civilização tecnológica*”; a ideia central é a de que uma ética para as civilizações tecnológicas deveria basear-se no dever e na responsabilidade do ser humano em relação à natureza e ao futuro das próximas gerações humanas sobre a Terra.

O princípio da responsabilidade pode ser entendido como a designação contemporânea de uma ética de responsabilidade, que tem como principal tarefa a harmonização entre as obrigações e os direitos dos homens perante e no seio da natureza.

No entanto, o princípio da responsabilidade não está restringido apenas e exclusivamente às responsabilidades que o ser humano tem para com as gerações futuras, mas também aos deveres que tem para com a natureza. A humanidade da pessoa

humana continua a ser a origem dos valores éticos, porém o respeito devido à humanidade já não pode dissociar-se do respeito devido à natureza.

Quer queiramos quer não, temos uma responsabilidade para com as gerações futuras; não estamos autorizados a colocar em risco a vida da humanidade. A existência de vida humana na Terra apresenta-se como um valor e a preservação das condições dessa existência como um dever a ser tido em conta pelas novas dimensões do agir humano. Assim sendo, não temos o direito de escolher o *não ser* das gerações futuras em proveito do *ser* da geração actual. Tal como o referenciado no imperativo categórico de Hans Jonas “*age de modo a que os efeitos da tua acção sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana sobre a Terra*” e “*de modo a que os efeitos do teu comportamento não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida*” (Jonas, 1984).

A palavra-chave das nossas relações com a natureza já não é o domínio possessivo mas a responsabilidade. É por nos termos tornado, em parte, “donos e senhores da natureza” que nos tornamos responsáveis pela nossa condição de existência. A manutenção da natureza é condição de sobrevivência do ser humano e é no âmbito desse destino solidário que Jonas fala de dignidade própria da natureza. Preservar a natureza significa preservar a vida. Eis então porque se tornou uma obrigação do ser humano o mais absoluto respeito pela natureza.

A procura da sustentabilidade ambiental necessita de ser alcançada, mas para isso, é imprescindível que englobe a solidariedade social, a cooperação com os países mais desfavorecidos e a responsabilidade ecológica, de modo a não comprometer as necessidades das gerações futuras e dos demais seres vivos (Bouguerra, 2005). É fundamental que exista um esforço organizado com vista a modificar os padrões de

acção actuais, procurando um equilíbrio para que seja conseguida a meta da equidade, da justiça e do direito por parte das gerações futuras (Castro e Malcata, 2001).

Surge a necessidade de um novo paradigma que, através da análise crítica do funcionamento das sociedades, em conjunto com uma reflexão sobre os meios adoptados, pretenda alcançar um outro tipo de desenvolvimento, onde se incluam valores de uma cidadania renovada, uma cidadania capaz de formar homens e mulheres capazes de estarem à altura dos grandes desafios do presente e do futuro. É necessária uma reordenação das prioridades regionais, nacionais e mundiais. As políticas de maximização de crescimento económico, incluindo a própria política do ambiente, necessitam de uma rápida e profunda reflexão, de uma reflexão envolvendo as consequências dos actos, na sociedade em geral, no que diz respeito à gestão dos recursos disponíveis, assim como em relação à melhoria da qualidade de vida (Arvanitis, 2004). A sustentabilidade humana é a única forma de desenvolver sociedades capazes de acompanharem o processo de desenvolvimento.

Assim sendo, é imperativo o despontar de novos modelos sócio culturais, onde os valores e o respeito mútuo, quer pelos seres humanos, quer pelo mundo natural, se sobreponham ao modo egoísta como o ser humano tem tendência para actuar (Smith, 1998).

A preocupação com a crise ambiental é muito mais do que uma simples moda ou uma singela previsão do futuro. Se efectivamente este tema começa a ganhar alguma notoriedade, nomeadamente ao nível de fora e conferências, é porque esta crise já é real em vários locais no planeta. Porém, a procura de uma solução para a problemática é demasiado complexa, uma vez que as dificuldades ao nível colectivo e ao nível individual não são iguais. Estas dificuldades decorrem muitas vezes do facto do

indivíduo não se sentir responsável pela preservação dos recursos e não ter consciência das consequências dos seus actos.

Felizmente, o ser humano começa lentamente a ter a noção de que efectivamente o problema ambiental existe e que atinge toda a humanidade, sem distinção de raças nem de classes sociais. Criou-se a consciência de que é necessário olhar o mundo com outros olhos, ter a percepção de que efectivamente o ser humano faz parte do mundo e que depende dele, uma vez que as suas atitudes para com a natureza se reflectem directamente no seu modo de vida.

A Ética Ambiental começa assim a ser vista como uma nova filosofia de vida do ser humano, assente em novos valores sociais humanos. A sua base passa por uma saudável relação entre o Homem e a Natureza, incluindo todas as raças humanas e todos os seres existentes, englobando também os elementos fundamentais à vida, como a água, o solo, o ar, para não falarmos do espaço e do silêncio (Sousa, 2002). A consciência do grupo dos agentes assume, por isso, uma dupla função: por um lado, a sua tarefa é encarada como sendo utópica; por outro é vista como a “consciência ética (colectiva)” (Renaud, 2001).

Devemos, por isso, encarar o ambiente como uma responsabilidade social e como um factor estratégico de sustentabilidade. O ser humano deve pensar em si não como um ser individual, mas, tal como disse Edgar Morin na sua obra *Os problemas do fim do século*, um ser autónomo, auto-eco-organizador, onde a sua autonomia é inseparável da sua dependência (Morin, 1991).

Teremos de reaprender a ver, a conceber, a pensar, a agir. Não conhecemos o caminho, mas sabemos que o caminho se faz andando. Não temos pressa, mas sabemos que o impossível se torna possível na mesma medida em que o possível se torna impossível. Eis o novo sonho, incerto e frágil, que devemos desejar. Não temos a Terra Prometida,

mas temos uma aspiração, um querer, um mito, um sonho. A sua realização pode começar hoje pela resposta sem rodeios e sem manobras a questões vitais como a pobreza, a falta de saneamento básico e de água potável e a deficiente distribuição de recursos, sendo que todas elas são imperiosas para a nossa própria sobrevivência na Terra.

Referências bibliográficas

ARCHER, L. 1981 – «Temas Biológicos e Problemas Humanos». In: *Brotéria*. Lisboa.

ARCHER, L. (1996) – «Bioética: Avassaladora, porquê?». In: *Brotéria*. Nº 142, pp. 449-472.

ARVANITIS, A. (2004) (Apres.) - *The ethics of green diplomacy and water sharing*. Proceedings of III World Conference on Bioethics. 27 September at 1 October 2004, Cuenca.

BOUGUERRA, M. (2005) – *As Batalhas da Água: Por um bem comum da humanidade*. Trad. do francês de João Kreuch. Porto: Campo das Letras.

BOURG, D. (1996) – «Economia, Ecologia e Humanismo». In: *A Sociedade em Busca de Valores, coord. Edgar Morin / Ilya Prigogine*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 37-52.

CASTRO, P.; MALCATA, F. (2001) - «Ecoética ou Responsabilidade Humana para com o Ambiente». In: *Novos Desafios à Bioética, coord. Luís Archer, Jorge Biscaia, Walter Osswald, Michel Renaud*. Porto Editora, pp. 277 – 300.

FERNANDES, J. (2002) – *A Política e o Ambiente. A dimensão do indivíduo*. Lisboa: Instituto Piaget.

GOLDSMITH, E. (1995) – *O Desafio Ecológico*. Lisboa: Instituto Piaget.

JONAS, H. (1984) – *The Imperative of Responsibility, In Search of an Ethics for the Technological Age*. Chicago: The University of Chicago Press.

KÜNG, H. (1990) – *Projecto para uma ética mundial*. Lisboa: Instituto Piaget.

MORIN, E. (1991) – «O Pensamento Ecologizado». In: *Os Problemas do Fim de Século*. 3ª ed. Editorial Notícias, pp. 177-191.

RENAUD, I. (2001) – «Ética e Ecologia». In: *Novos Desafios à Bioética*, coord. Luís Archer, Jorge Biscaia, Walter Osswald, Michel Renaud. Porto Editora, pp. 272-276.

SMITH, M. (1998) – *Manual do Ecologismo, Rumo à Cidadania Ecológica*. Lisboa: Instituto Piaget.

SOUSA, D. (2002) – «O Ambiente no caminho da Ética». In: *Revista Ozono*. Nº 16, pp. 19 – 21.